

Setor moveleiro reúne-se quinta

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, adiou para esta quinta-feira a reunião prevista para ontem da Câmara Setorial da Indústria Moveleira. O novo ministro espera definir até lá os nomes do novo secretário nacional de Economia e do diretor de Abastecimento e Preços.

A equipe econômica do novo ministro deverá definir a estratégia que será seguida para reajustar os preços das tarifas públicas e as concessões de aumentos de preços na segunda rodada de negociação no âmbito das câmaras setoriais.

O governo obteve acordos importantes nas câmaras setoriais, que deverão contribuir para estabilização da inflação futura.

Com a indústria automobilística foi obtido um acordo para reajustar em 6% os automóveis em média e 8% caminhões e tratores para um período de 40 dias, a partir da data de 22 de abril. As montadoras e seus fornecedores ficaram de definir, em uma livre negociação, os reajustes para os diversos segmentos.

A indústria eletroeletrônica e de eletrodomésticos foi reajustada em 6%,

de acordo com a tabela de preços praticada no dia 30 de janeiro de 1991. O preço do produto entre a indústria e demais segmentos deverá ser definido de acordo com o sistema de Custo, Lucro e Despesas (CLD).

A indústria da construção civil obteve um reajuste de 8% com prazo de 45 dias de validade, para fibrocimento, cimento, tubos, cal, pisos e azulejos, louças sanitárias, etc. Nos demais segmentos do setor da construção civil deverá ser utilizada a fórmula CLD, com margens de lucro máximas de 20%, ou seja, sobre o preço do produto tabelado na indústria poderá ser aplicada uma margem de 20%.

A Câmara Setorial de Papel, Papelão e Artigos de Papelaria aprovou um reajuste de preços de 8% para todos os produtos com prazo de validade de até 3 de junho. O papel higiênico, papel de imprensa, papel gráfico e demais produtos desde o dia 25 passaram a praticar o reajuste de 8%.

As indústrias petroquímicas conseguiram celebrar um acordo com o governo reajustando em 5% os defensivos agrícolas, tintas e vernizes. Os preços entraram em vigor dia 1º de maio, com validade de 45 dias.

A indústria têxtil, na reunião do dia 28 de abril, ficou com seus preços congelados por 45 dias. O setor celebrou um acordo mantendo os atuais preços. Eventuais defasagens de preços de matérias-primas, como algodão, poderão ser discutidas pelo governo.

O governo e as indústrias farmacêuticas decidiram manter congelados os preços de 13,5 mil medicamentos, em decisão adotada no dia 30 de abril.

As indústrias de higiene e limpeza discutiram um reajuste de 8% para seus produtos. O governo ainda não definiu legalmente, em portaria, o reajuste de preços definidos em câmara setorial, no último dia 25 de abril.

A Câmara Setorial de Utensílios Metálicos, onde entram produtos como chapas zincadas, produtos não-ferrosos, cobre e níquel, concedeu um aumento médio de 9,5%.

A câmara setorial de alimentação foi dividida em diversas subcâmaras para discutir com maior eficiência os problemas de preços. Até agora foi realizada subcâmara de leite e derivados, onde foi sugerido um aumento de 14% para leite "in natura" e 9% para leite em pó.